

OS ESCRAVOS LIBERTOS NA GUERRA DO PARAGUAI: LUTA, RESISTÊNCIA E PRECONCEITO!

FREED SLAVES IN THE PARAGUAYAN WAR:
STRUGGLE, RESISTANCE AND PREJUDICE!

Mateus de Oliveira Couto*

Resumo

A Guerra da Tríplice Aliança foi um dos maiores conflitos armados registrados que envolveu países sul americanos na segunda metade do século 19 e que ainda repercute no desenvolvimento dessas nações. Para o Império do Brasil, a Guerra do Paraguai (1864-70) representou a emergência dos militares como setor social e que, a partir daí, passaram a reivindicar participação política; além disso, o conflito trouxe a tona discussões atinentes a abolição do cativeiro e a um discurso anti-monarquista, o que culminou com a propaganda republicana, extinção do trabalho escravizado e a proclamação da república. Para a Argentina, a guerra gerou um fortalecimento das instituições e a consolidação da centralização política. Já o País Guarani, sofreu uma excessiva baixa demográfica, uma diminuição territorial e uma dificuldade econômica sentida até hoje.

Essa apresentação pretende discutir a participação dos trabalhadores escravizados libertos no conflito e para isso será utilizado os manuscritos deixados pelos ex combatentes, a historiografia de trincheiras; as cartas, diários e memórias dos militares são fontes repletas de informações sobre a temática.

Palavras chaves: Escravos libertos / Guerra do Paraguai / Guerra da Tríplice Aliança / Império do Brasil

* Professor Efetivo do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Mestre em História Regional pela PPGH/UPF e doutorando em História pela PUCRS.

Abstract

The War of the Triple Alliance was one of the major armed conflicts recorded involving South American countries in the second half of the 19th century and which still resonates in the development of these nations. For the Empire of Brazil, the Paraguayan War (1864-1870) represented the emergence of the military forces as a social sector and, thereafter, began to demand political participation, in addition, the conflict brought up discussions regarding the abolition of captivity and an anti-monarchist speech, which culminated with the Republican propaganda, the extinction of enslaved labor and the proclamation of the republic. For Argentina, the war led to a strengthening of the institutions and the consolidation of political centralization. Already Country Guarani, suffered excessive declining population, a decrease territorial and economic hardship felt today. This presentation will discuss the participation of enslaved workers freed in conflict and this will be used for the manuscripts left by former combatants, the historiography of the trenches; letters, diaries and memoirs of the military is full of information sources on the subject.

Keywords: Freed slaves / Paraguayan War / War of the Triple Alliance / Empire of Brazil

Recibido: 10/10/2013 – Aceptado: 25/11/2013]

A Guerra da Tríplice Aliança foi um dos maiores conflitos armados registrados que envolveu países sul americanos na segunda metade do século 19 e que ainda repercute no desenvolvimento dessas nações.

Esse artigo não tem por objetivo discutir os acontecimentos da Guerra ou a apontar suas causas e efeitos. A finalidade é debater a formação e o recrutamento de um corpo militar que participou da Guerra e representaram o Império do Brasil, especialmente a inclusão dos ex escravos na Marinha e no Exército. Até a Guerra do Paraguai, mesmo que tivessem ocorrido intervenções armadas do Brasil na Argentina e no Uruguai, o maior trunfo utilizado pelo governo brasileiro foi a diplomacia, o que limitou a formação de uma força militar nacional.

Em *A província na Guerra do Paraguai*, de 2006, o historiador Genivaldo Gonçalves Pinto debateu: Até a eclosão da Guerra do Paraguai, não possuía o Brasil um exército eficiente, com efetivo compatível para uma guerra de grande envergadura. Os inúmeros conflitos até aquele momento aconteceram diante de inimigos relativamente frágeis, quer pela eficiência de seus combatentes,

quer por esse detalhe, somando ao valor das alianças que se fizeram diante de um inimigo comum. Foram inúmeros combates, saindo-se o Brasil vencedor na maioria dos casos¹.

O contingente do exército estava estruturado, até a década de 1860, a partir da própria organização da Guarda Nacional. Em *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, de 1990, Ricardo Salles abordou a organização militar antes da Guerra do Paraguai: Em todos os conflitos anteriores em que o Império esteve envolvido na região platina houve sempre a presença marcante da Guarda Nacional nos efetivos em operação. Os interesses gerais do governo imperial normalmente coincidiam com os interesses dos estancieiros do Rio Grande em relação aos países limítrofes. Dessa forma, as forças empregadas provinham da própria organização militar local. É bom lembrar que, devido aos constantes conflitos e disputas pelo gado com os vizinhos, a classe dominante local sempre manteve uma razoável capacidade de mobilização militar².

Com base nos documentos arquivados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), o historiador Paulo Moreira verificou a realidade militar antes de 1864, e constatou que os destacamentos eram fracionados e distribuídos por diversas localidades, não tinham armamento e nem fardamento suficiente, além de serem mal instruídos quanto à disciplina³.

Nos conflitos platinos, normalmente, o Império contou com aliados. Juan Urquiza contra Manuel Oribe (1851) e contra Juan Manuel Rosas (1852); Venâncio Flores contra Anastácio Aguirre (1864). Com isso, a organização militar do Brasil foi capaz de resolver militarmente as pendências com os uruguaios e argentinos, até eclodir a Guerra do Paraguai.

Por seu significado e amplitude, já que colocou no centro dos acontecimentos um aparato militar que desempenhava função de coadjuvante até então, a Guerra da Tríplice Aliança exigiu a atuação de um exército regular, ou seja, organizar um exército profissional era fundamental para a vitória na guerra.⁴

¹ PINTO, Genivaldo Gonçalves (2006). A província na Guerra do Paraguai, in: *História geral do RS: Império*. (Coord.) BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau.; Gutfreind, I; Reichel. H. Passo Fundo: Méritos. p. 101.

² SALLES, Ricardo (1990). *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 56.

³ MOREIRA, Paulo Roberto (1997). In: *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864/1865*. Porto Alegre: EST, p. 15.

⁴ SALLES, Ricardo (1990). *Op. Cit.* p. 58-59.

A questão que coube ao Império era como recrutar um exército regular tendo como base os corpos da Guarda Nacional, os corpos de Polícia das províncias. A formação dos Voluntários da Pátria atingiu o conjunto da sociedade, pois recrutar, vestir, armar, treinar organizar, transportar e motivar indivíduos de diferentes camadas sociais não foi uma tarefa simples. A organização das forças militares salientou as contradições sociais.

De acordo com Salles: Nas condições da época, o engajamento forçado de indivíduos das camadas populares era a forma usual de abastecer o exército de material humano. [...] O que gostaríamos de alertar é que a mobilização de voluntários da pátria não foi uma simples mentira para escamotear a coerção do recrutamento, e sim uma forma moral que necessariamente acompanhou essa coerção no sentido de sua aceitação e legitimação social. É importante ressaltar que, de forma diferenciada, com maiores ou menores graus de adesão, de acordo com o grupo social, a mobilização para a guerra foi um esforço nacional.⁵

No Rio Grande do Sul, o alistamento era uma forma de penitência, para aquelas pessoas que, de alguma forma, representavam uma ameaça à tranquilidade pública. Conforme Paulo Moreira: As tropas sediadas na província sulina (referimo-nos às tropas oficiais) que com 'galhardia' defendiam nossas fronteiras e vigiavam o território eram, na sua quase maioria, elementos insubmissos e que, a fim de não perturbarem mais o sossego público, foram recrutados como uma forma de punição e controle (ou correção). O serviço militar no Exército e na armada, que atingia quase que unicamente as camadas mais baixas da população, não era visto como um prêmio ou prova de coragem, mas como um castigo exemplar.⁶

Certamente os trabalhadores escravizados alforriados combateram nas fileiras imperiais. Todavia, precisar os dados atinentes a essa participação é muito difícil; Robert Conrad apontou que aproximadamente vinte mil escravos, o que inclui as mulheres dos soldados libertos, pegaram em armas para defender o Brasil.⁷

Segundo Ricardo Salles: Determinar o número de escravos que combateram na guerra do Paraguai e, mais ainda, qual sua contribuição relativa em termos de manancial humano, é algo bastante difícil, seja devido ao desejo

⁵ Ibid. p. 61.

⁶ MOREIRA, Paulo Roberto (1997). Op.Cit. p. 15.

⁷ CONRAD, Robert (1975). Últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888), p. 96.

de se ocultar o quanto uma sociedade escravocrata dependeu de escravos para responder ao chamado de defesa da pátria.⁸

Em *Escravidão ou morte*: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai, de 1996, o historiador Jorge Prata de Sousa contemplou as discussões sobre a participação dos escravos na campanha do Paraguai: Se, num primeiro momento, o escravo aparecia esporadicamente como substituto do guarda nacional convocado, depois passou a fazer parte do contingente necessário ao Exército e a Marinha. Cabia ao Império, então, comprar escravos a preço de mercado para atender às necessidades da guerra. Nos primeiros anos da guerra, escravos recém-libertos foram enviados às áreas de conflito em substituição aos guardas nacionais provenientes de famílias endinheiradas, ou então para preservar guardas em seus postos de comando nos municípios escravistas.⁹

Prata de Souza destacou as discussões no congresso Imperial e no Conselho de Estado sobre quem e como recrutar os voluntários da pátria. Essas abordagens demonstram uma preocupação do governo Imperial em compor um efetivo militar capaz de representá-lo na guerra.

Outro elemento que o autor mencionou foi a reação dos escravistas diante da captação de cativos sem a devida autorização: Nas cidades, os agentes sociais que se rebelavam contra o arbítrio do governo também eram proprietários de escravos. Levavam seu protesto às autoridades policiais pelo recrutamento sem permissão. Conseguimos levantar, em ocorrências policiais de 1867, na Província do Rio de Janeiro, 140 casos de escravos aprisionados e remetidos à corte para ser enviados aos campos de batalha. Resguardando seus interesses, os proprietários municiavam-se de documentos comprobatórios da posse dos escravos, para impedir que os mesmos fossem enviados à guerra – a despeito do sagrado direito da propriedade: em todos os 140 casos, reclamava-se do recrutamento forçado e da infração ao direito de propriedade reconhecido por lei. A forma como eram recrutados e também o objetivo – assentar praça na guerra – eram severamente criticados.¹⁰

O aproveitamento de trabalhadores escravizados urbanos generalizou-se quando o Império, mediante indenização em apólice ou dinheiro, atendeu as reclamações dos escravistas, ou seja, a compra do braço escravizado necessária à guerra. Nas povoações com mais de vinte mil habitantes, não era permitido aos cidadãos possuir uma quantidade de cativos maior do que o necessário aos serviços domésticos.

⁸ SALLES, Ricardo (1990). Op.Cit. p. 63.

⁹ SOUSA, Jorge Prata (1996). *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad:ADESA, p. 63.

¹⁰ Ibid. p. 67;

Os recrutamentos no exército e na marinha transpareceram que não havia uma uniformidade e nem um rigor na composição dos seus efetivos. Na marinha, devido às precárias condições dos serviços navais, intempéries climáticas, chibatadas, leis draconianas, castigos corporais, o recrutamento compulsório era freqüente e atingia os setores mais pobres da população e os cativos.

Conforme Prata de Sousa: E esta violência institucionalizada atingia a população pobre e escrava: indivíduos remetidos pelas autoridades policiais livravam as províncias da presença de *homens nocivos*. Nos relatórios ministeriais, os adjetivos desairosos para os contingentes recebidos pela Marinha nos possibilitam identificar os estratos sociais a que pertenciam esses *requisitados*. Expressões como *população nociva, ralé, libertos, gente viciosa, gentalha* e outras descreviam os marujos novatos.¹¹

Nos relatórios ministeriais havia uma divisão que era feita com relação a origem do cativo. O relatório de abril de 1868, apresentado por Ricardo Salles por exemplo, mostra que do total de 3897 libertos, 1806 são *Conta do governo*, 889 são *Substitutos*, 753 são *Gratuitos*, 287 são *Da nação*, 95 são de *Conventos* e 67 são da *Casa Imperial*.¹²

Os cativos nomeados com *Conta do Governo* são os que tiveram algum tipo de custa ao governo, correspondendo a 46,34%. Os *Da nação* eram africanos que chegaram ao Brasil depois da lei Euzébio de Queirós de 1850 e por isso haviam sido apreendidos e ficavam aos cuidados do governo; correspondiam a 7,36%.

Os trabalhadores cativados tachados de *Casa Imperial* e dos *Conventos* foram doações dessas entidades e no caso dos primeiros da família de D. Pedro II; correspondiam respectivamente a 1,71% e a 2,44%.

Em *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, de 1975, o historiador estadunidense Robert Conrad comentou a respeito da participação dos escravos libertos na Guerra da Tríplice Aliança: Tanto o esforço de guerra quanto a emancipação dos escravos foram alvo de um benefício por um decreto de novembro de 1866 concedendo a liberdade aos escravos de propriedade do governo que quisessem servir ao exército.

Os proprietários particulares e as ordens religiosas, especialmente as carmelitas e os beneditinos, que se calculava possuírem, em conjunto e em diversas províncias, um total de cerca de quatro mil escravos, foram totalmente pressionados para seguirem o exemplo do governo e o próprio Imperador

¹¹ Ibid.. p. 73;

¹² SALLES, Ricardo (1990). Op. Cit. p. 65.

libertou 190 dos seus escravos para o serviço no Paraguai. [...] o governo chegou mesmo a conceder títulos de nobreza a proprietários que forneciam escravos para serviço no exército. Ainda não satisfeito com o volume do recrutamento, D. Pedro ofereceu, em 1867, 100 contos (ao tempo, cerca de 10 mil libras) de sua própria fortuna para comprar a liberdade dos escravos que fossem lutar na guerra contra o Paraguai.¹³

Provavelmente, um elemento que preocupava as autoridades imperiais era de que maneira mobilizar o escravo para guerrear contra o Paraguai, visto que os objetivos eram distintos. Enquanto o Império tinha por interesses a navegabilidade no rio da Prata e a sua consolidação como potência hegemônica regional, os cativos possuíam o desejo de liberdade; portanto, havia o temor do governo brasileiro de uma revolta servil, como ocorreu em Porto Alegre em 1868¹⁴ ou uma adesão dos cativos aos rivais externos.

Em *O escravo no Rio Grande do Sul*, de 2006, Mário Maestri verificou a investida *blanca* oriental em Jaguarão no início de 1865, sob o comando do general Basílio Muñoz: Parte das esperanças uruguaias de vencer as forças brasileiras assentaria-se na eventualidade de um levante dos cativos sulinos. A proclamação do general Basílio afirmava que os uruguaios vinham ‘dar liberdade aos desgraçados homens de cor que gemem debaixo do jugo da escravidão [...]’. Um velho medo dos escravistas era que os cativos optassem pelos inimigos do ‘Brasil’.¹⁵

O problema maior no recrutamento de escravos libertos é com relação à força produtiva do Império, já que a economia brasileira se oxigenava com o café produzido no vale do Paraíba e no oeste paulista. No Rio Grande do Sul, província que mais contribuiu com a força bélica para a Guerra do Paraguai, as charqueadas consumiam grande parte da mão de obra escravizada, as quais também tinham um papel importante nas estâncias pastoris.

Nas províncias do Norte e Nordeste o embarque dos ex-trabalhadores escravizados recrutados era centralizado na Bahia. Os jornais do Ceará, em 1868, anunciavam a procura de trabalhadores escravizados em condições de servir as forças armadas imperiais na Guerra do Paraguai.¹⁶

Sobre esse assunto, o historiador Jorge Prata de Souza verificou: «Durante o período crucial da guerra – 1867 e 1868 –, o governo expediu

¹³CONRAD, Robert (1975). Op.Cit. p. 95-96;

¹⁴MAESTRI, Mário (2006). *O escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e Sociedade*. 3ªed.rev.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 170.

¹⁵ Ibid.. pp. 167-168.

¹⁶ CONRAD, Robert (1975). Op.Cit. p. 96.

vários avisos aos presidentes de províncias e aos capitães de portos, mostrando-lhes a falta de recrutas e a urgência da convocação. Entre a correspondência, localizamos listas de compra de escravos efetuadas pelo governo nas províncias do Norte e Nordeste. Essas províncias vinham disseminando o tráfico interno desde os anos cinquenta; e, na segunda metade da década de sessenta, além de fornecer mão-de-obra para a lavoura, municavam com escravos os batalhões do Exército e da Marinha.¹⁷

Uma contradição presente nas forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai foi os critérios de bravura e isso foi evidenciado na carta confidencial enviada por Duque de Caxias ao ministro dos Negócios de Guerra em dezembro de 1868. Caxias comentou alguns acontecimentos e transpareceu seu caráter preconceituoso e racista, ao culpar a presença dos libertos aos atos de pilhagens e saques, mencionando que os mesmos são imorais e indisciplinados.¹⁸

A resistência dos escravos em juntarem-se as fileiras das forças armadas imperiais para combater na Guerra da Tríplice Aliança foi notada na fuga e no aquilombamento. Em quilombos em Mato Grosso, de 1996, a historiadora Luiza Rios Ricci Volpato fez um mapeamento das comunidades quilombolas na província do Mato Grosso e mencionou que, durante a Guerra do Paraguai (1864-70), os ex-cativos soldados fugiam e se refugiavam nos quilombos.¹⁹

Ainda sobre os quilombos mato-grossenses, em Mato, palhoça e pilão, de 2005, o historiador rio grandense Adelmir Fiabani comentou: Os quilombolas de Sepotuba, no Mato Grosso, forma mais além, já que souberam receber e atrair para os seus aldeamentos os desertores: ex-soldados, que chegavam aos arranchamentos portando armas de fogo e possuindo instruções, mesmo que rudimentares sobre seu uso. A acolhida dos não cativos foi comum nos quilombos que recebiam igualmente desertores das forças repressoras, das organizações militares oficiais, criminosos procurados pelas autoridades etc.²⁰

No Rio Grande do Sul, os escravos, oportunamente, aproveitavam os alistamentos para cobrir seus aquilombamentos. Conforme Paulo Moreira: Na nossa província, talvez em função do alto grau de militarismo que sempre a caracterizou, tivemos uma tradição mais ou menos generalizada, dos cativos procurarem nos corpos militares um esconderijo eficiente para as suas fugas,

¹⁷ SOUSA, Jorge Prata (1996). Op.Cit. p. 101.

¹⁸ Ibid. p.135-136.

¹⁹VOLPATO, Luiza Rios Ricci (1996). Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em áreas de fronteira. In: Liberdade por um fio. Organização João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, p. 213.

²⁰ FIABANI, Adelmir (2005). Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular. p.256;

demonstrando a capacidade dos mesmos no aproveitamento dos espaços mais incríveis na sua ânsia de liberdade.²¹

Nesse sentido, possivelmente em virtude da Guerra do Paraguai, há registros da formação do quilombo do *Camizão*, na localidade de Passo de São Sepé, onde teria aproximadamente 150 membros. Em *Liberdade por um fio*, Mário Maestri verificou: É deveras interessante o ‘auto de perguntas’ feito, em fevereiro de 1867, ao soldado paulista, de 35 anos, Benedicto de Santa Ana de Arruda, praça desertor do 3º Batalhão de Infantaria da 7ª Companhia (Voluntários da Pátria), que vivera no quilombo do Camizão. Segundo o soldado, após desertar do seu batalhão no tempo do ‘conflito’ do ‘Passo de São Sepé’, caminhará serra a dentro até o rincão dos valos, onde, durante uma caçada, avistara ‘um aldeamento ou quilombo, de cima de um parão [perau]’ em que trepava, composto de ‘pessoas vestidas, ciranças, mulheres e homens.’²²

A participação dos cativos libertos rio-grandenses na Guerra do Paraguai foi verificada pelo historiador Paulo Roberto Moreira com base nas cartas de alforrias, presentes nos cartórios custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e na documentação administrativa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.²³

Ainda na Província do Rio Grande do Sul, o historiador Mário Maestri fez um levantamento sobre a preocupação das autoridades municipais e das forças policiais com possíveis insubordinações e conspirações de trabalhadores escravizados em alguns municípios rio-grandenses no período entre 1863-1868. Entre as cidades destacadas temos Jaguarão, Taquari, Piratini, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e Canguçu.²⁴

Um fértil material de pesquisa sobre a Guerra do Paraguai que traz muitas informações sobre os problemas enfrentados pelas tropas Imperiais e que faz referência à presença e participação de cativos alforriados no conflito são as memórias, diários e cartas escritas pelos combatentes aos seus familiares. Essa documentação também evidencia o preconceito presente nas forças militares imperiais para com os escravos libertos.

²¹ MOREIRA, Paulo Roberto (1997) Op.Cit. p. 15.

²² MAESTRI, Mário (1996). *Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul*. In: *Liberdade por um fio*. Organização João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras. p. 320;

²³ MOREIRA, Paulo Roberto (2010). *Voluntários Negros da Pátria: O recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai*. In: POSSAMAI, Paulo Cesar. *Gente de guerra e fronteim*. Pelotas: Aires, UFPEL.

²⁴ MAESTRI, Mário (2011). *Pampa Negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868*. Revista de História. João Pessoa,.

Em *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*, de 2010, a historiadora Maria Teresa Garritano Dourado comenta: «As cartas particulares trocadas durante a guerra, que não tinham intuito de publicação, são de suma importância para os historiadores, na medida que oferecem informações diversas sobre o conflito.»²⁵

As anotações do combatente pernambucano José Campello d'Albuquerque Galvão em seu diário, nos primeiros anos da Guerra, apresentam que os negros zuevos, tropas enviadas pela Bahia, eram vistos como «ineptos, insubordinados e incorrigíveis»,²⁶ o que demonstra forte preconceito dispensado aos subalternos.

O militar baiano Dionísio Cerqueira em *Reminiscências da Campanha do Paraguai* apresentou o preconceito dos militares sulinos para com os recrutados em outras províncias: De vez em quando, ouvíamos algum soldado do regimento, composto de *guascas* em sua maioria, exclamar em tom de motejo aos camaradas do norte, quando as lufadas glaciais passavam gemendo: Mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de *Minuano* para acabar com tudo que é *baiano*. Baiano, para aquela gente simples e boa, era o brasileiro que não nascera na sua província.²⁷

O General Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, militar pernambucano, registrou em *Episódios Militares* a passagem pelo rio Paraná em abril de 1866 e a intenção das divisões paraguaias em jogar os militares brasileiros na água. Com a derrota da coluna lopizta, a resposta de um soldado foi que «pois se ele quis botar a macacada no rio, é um tolo, por que não se lembrou que não há poder que faça tal bicharia cair na água.»²⁸

Em outro momento, o general Azevedo Pimentel apontou como eram vistos os soldados brasileiros pelo exército paraguaio. Era maio de 1866, na noite do dia 16, no acampamento das tropas imperiais: «De repente, os gritos de – Viva la republica del Paraguay, y mueran los negros del Brasil.»²⁹

Em uma conversa entre um veterano e um recruta de apenas quinze anos de idade, mais uma vez é apresentado o preconceito e a discriminação

²⁵ DOURADO, Maria Teresa Garritano (2010). *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Tese de doutorado. USP, p. 33;

²⁶ GALVÃO, José Campello d'Albuquerque (1995). *Diário da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Unigraf, p.130;

²⁷ CERQUEIRA, Dionísio (1980). *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 72

²⁸ PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo (1978). *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 81;

²⁹ *Ibid.* p. 14;

presente nas forças militares imperiais: Tudo confiava de seu tino e valor. Calculou que com seus 120.000 homens cairia sobre os macacos e gringos levando tudo a vara de marmeleiro. Coitado!

Ergueu um fortim no Itaipu, que deveria estar preparado para resistir vantajosamente à melhor esquadra encouraçada do mundo. Sabes com quantas peças artilhou?

- Umas cem talvez.

- Três, meu bobo, três!... A nossa esquadra chegou lá um dia, e...tome bala, tome bala...e o valente forte, cansado de tanta pancada, tomou o expediente de mergulhar no rio!

Consentiu que 8.000 brasileiros desembarcassem na Confluência desde as 7 horas da manhã de 16 de abril de 1866, esperando o romper do dia 17 para vir com 6.000 gatos pingados enxotar a macacada para o rio.

Como sabes, não há poder que faça macaco cair na água e, por isso, nós de baioneta em punho fizemo-los dar às de vila-diego lá para o Passo da Pátria.³⁰

Segundo as lembranças de José Luiz Rodrigues da Silva, os voluntários da pátria chegavam diariamente para combater e havia uma rotina militar cotidiana. Todavia, o comandante Manuel Luís Osório não poupou críticas à organização das forças armadas: Osório dizia, com abundância de fundamentos, que um exército bisonho, baldo de instruções embora valente, numeroso, arremessado ao inimigo, assim descriteriosamente, além de uma desgraça colossal para o paiz, representa verdadeira deshumanidade, senão crime hediondo.³¹

Havia também por parte de alguns militares o reconhecimento pela bravura e pela postura dos voluntários da pátria e dos populares que combateram contra o Paraguai. De acordo com o engenheiro militar baiano André Rebouças: Soldado – 1º Servente do 2º Canhão da Esquerda Adelino Marques Salustiano – (Crioulo Pernambucano) Perdeu no dia 5 a mão por explosão do Canhão; portára-se em Paysandú com tal bravura que mereceu um abraço do General Sampaio. Soldado – 4º Servente do 2º canhão de baluarte da Esquerda – José Francisco Januario (Minas, acaboclado). Vigia constante e imperturbavel do Baluarte da Esquerda.³²

³⁰ Ibid. p.176;

³¹ SILVA, José Luiz Rodrigues da (1924). Recordações da campanha do Paraguay. São Paulo: Melhoramento, p. 20;

³² DIAS, Maria Odila Silva. André Rebouças (1973). Diário. A Guerra do Paraguai (1866). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, p. 92-93;

O engenheiro Dionísio Cerqueira também reconheceu o esforço dos voluntários da pátria e não deixou de elogiá-los. Conforme o militar baiano, o corpo do 24º (voluntários da pátria) foi um dos melhores do exército, destacando-se pela fidelidade as forças imperiais.³³

Independente das motivações que conduziram o Brasil a unir-se com o Uruguai e a Argentina, as razões que os levaram para o confronto com o Paraguai e as conseqüências da guerra, ficou evidenciado que esse conflito não teve adesão da maioria da população brasileira e contribuiu para acelerar o colapso do Império.

Não há dúvidas quanto à participação dos trabalhadores escravizados alforriados na Guerra do Paraguai. Porém, ao recrutar antigos cativos para pegar em armas e guerrear aos interesses alheio, trouxe uma série de questionamentos para a sociedade escravocrata brasileira; a forma como esses soldados foram treinados, mobilizados, armados, tratados pelos seus comandantes ainda não foi desvendada e carece de estudos mais específicos.

Bibliografia

- CERQUEIRA, Dionísio (1980). *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- CERQUEIRA, Dionísio (1980). *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*.
- CONRAD, Robert (1975). *Últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*.
- DIAS, Maria Odila Silva. *André Rebouças (1973)*. *Diário. A Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP.
- DOURADO, Maria Teresa Garritano (2010). *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Tese de doutorado. USP.
- FIABANI, Adelmir (2005). *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular.
- GALVÃO, José Campello d'Albuquerque (1995). *Diário da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Unigraf.

³³ CERQUEIRA, Dionísio (1980). *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. p. 326;

- MAESTRI, Mário (1996). Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: Liberdade por um fio. Organização João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAESTRI, Mário (2006). O escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e Sociedade. 3ªed.rev.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- MAESTRI, Mário (2011). Pampa Negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Revista de História. João Pessoa.
- MOREIRA, Paulo Roberto (1997). In: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864/1865. Porto Alegre: EST.
- MOREIRA, Paulo Roberto (2010). Voluntários Negros da Pátria: O recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai. In: POSSAMAI, Paulo Cesar. Gente de guerra e fronteira. Pelotas: Aires, UFPEL.
- PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo (1978). Episódios Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- PINTO, Genivaldo Gonçalves (2006). A província na Guerra do Paraguai, in: História geral do RS: Império. (Coord,) BOEIRA,, Nelson e GOLIN, Tau.; Gutfrëind, I; Reichel. H.Passo Fundo: Méritos.
- SALLES, Ricardo (1990). Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SILVA, José Luiz Rodrigues da (1924). Recordações da campanha do Paraguay. São Paulo: Melhoramento.
- SOUSA, Jorge Prata (1996). Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad:ADESA.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci (1996). Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em áreas de fronteira. In: Liberdade por um fio. Organização João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras.